

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DOCENTE-PARFOR
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

FRANCILEIA SARDINHA MARGALHO
MARIA LUCIANE GOMES RIBEIRO MARQUES

**O ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CONTEXTOS RURAIS:
PROBLEMATIZANDO O ASSUNTO**

ABAETETUBA
2022

**FRANCILEIA SARDINHA MARGALHO
MARIA LUCIANE GOMES RIBEIRO MARQUES**

**O ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CONTEXTOS RURAIS:
PROBLEMATIZANDO O ASSUNTO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, como requisito final para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia, sob a orientação da Profa. Dra. Eliana Campos Pojo Toutonge.

Abaetetuba – PA

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

M327a Margalho, Franciléia Sardinha.
O atendimento da educação infantil em contextos rurais: :
problematizando o assunto / Franciléia Sardinha Margalho, Maria
Luciane Gomes Ribeiro Marques . — 2022.
14 f. : il.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Eliana Campos Pojo Toutonge
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de
Pedagogia, Abaetetuba, 2022.

1. Educação infantil. 2. Educação infantil do campo. 3.
Crianças do campo. I. Título.

CDD 372.21071

FRANCILEIA SARDINHA MARGALHO
MARIA LUCIANE GOMES RIBEIRO MARQUES

**O ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CONTEXTOS RURAIS:
PROBLEMATIZANDO O ASSUNTO**

APROVADO EM: _____/_____/_____

BANCA EXAMINORA:

Profa.Dra. Eliana Campos Pojo Toutonge.

ABAETETUBA
2022

O ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CONTEXTOS RURAIS: PROBLEMATIZANDO O ASSUNTO

Francileia Sardinha Margalho¹
Maria Luciane Gomes Ribeiro Marques²

RESUMO

O artigo trata do atendimento da Educação Infantil do Campo, no município de Abaetetuba-PA. Assim, o estudo objetivou compreender a educação de crianças em áreas rurais, elucidando a política educacional e o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem neste nível de ensino. Para isso, tomamos como caminho metodológico a pesquisa bibliográfica, somado a nossa experiência como docente desses contextos e nesta cidade. Foram úteis os referenciais de autores/as, tais como Gomes (2009), Kuhlmann Jr (1998), Oliveira (2002), além das legislações que abarcam o tema da Educação do Campo, da Educação Infantil do Campo e da Educação Infantil. Do estudo, podemos dizer que temos uma política educacional que diz da especificidade da Educação Infantil do Campo, porém os aprendizados e práticas educativas carecem serem condizentes às necessidades das crianças do campo que passa, entre outros fatores, pela formação docente (inicial e continuada) para essa fase escolar como fator fundamental. Isto, se continuamos desejos de uma educação de crianças em suas infâncias do/no campo.

Palavra-chave: Educação Infantil. Educação Infantil do Campo. Crianças do Campo.

INTRODUÇÃO

O artigo trata do atendimento da Educação Infantil do Campo (EIC), no município de Abaetetuba-PA. Assim, o estudo objetivou compreender a educação de crianças em áreas rurais, elucidando sua política educacional e o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem neste nível de ensino.

O interesse em pesquisar esse tema surgiu das experiências adquiridas na docência na educação infantil (EI), nos instigando ao estudo a partir dos contextos das escolas que se situam em áreas rurais, contextos que conhecemos e atuamos. Instigou-nos a compreender melhor os desafios postos à educação de qualidade para as crianças pequenas.

Este estudo foi construído com base nas nossas experiências como docente na Educação Básica. Além disso, utilizamos alguns referenciais teóricos para o aprofundamento e reflexão da temática em questão, qual seja: a Educação Infantil do Campo. Logo, o estudo se constituiu com a pesquisa bibliográfica, sendo esta “desenvolvida com base em material já elaborado,

¹ Graduanda do curso de Licenciatura de Pedagogia/PARFOR, Campus Universitário de Abaetetuba (UFPA). Atualmente é docente na Escola Bom Pastor, com atuação em turmas de pré-escola.

² Graduanda do curso de Licenciatura de Pedagogia/PARFOR, Campus Universitário de Abaetetuba (UFPA). Atualmente é docente na Escola Padre Anchieta, com regência na turma de 3º ano do Ensino Fundamental.

constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44). Somando aos referenciais, envolveu as nossas observações e a experiência docente em escolas do campo do município de Abaetetuba-PA.

Ainda que de modo rápido, situamos nossas experiências como docente. A primeira autora deste trabalho, Francileia Sardinha Margalho, atuou pela última vez como docente na Escola Padre Anchieta, localizada as margens do rio Ajuai, com destaque a docência experienciada no Ensino Fundamental. A segunda autora, Maria Luciane tem formação Magistério. Na carreira profissional atuou como gestora escolar e, atualmente, trabalha como docente em turma de pré-escola. Uma experiência ímpar e de muitos aprendizados. Para mim, diz Maria Luciane “ser professora de educação infantil do campo requer fazer um trabalho inusitado, estar aberto a descobertas e ao aprofundamento do campo em sua complexidade”. Outrossim, buscar aprender com a curiosidade da criança como situação de aprendizagem. Trabalhar na EI é buscar sempre aprimorar-se em conhecimentos e metodologias visando, de fato, contribuir e inovar para que se tenha um ensino de qualidade.

A EI oferecida em creches e pré-escolas é parte do sistema de ensino compondo a primeira etapa da educação básica. O atendimento das crianças abarca a faixa etária de 0 a 5 anos de idade, sendo abarcado pelos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (FUNDEB), específicos para esta etapa.

Sabemos que a Educação Infantil do Campo constrói as bases para a contraposição a um modelo de educação que simplesmente reproduz, nos territórios rurais, a cultura urbana dominante. Uma EIC de qualidade precisa considerar o cenário de relações positivas da criança com suas origens e seus lugares de vida, valorizando suas experiências cotidianas. (SILVA; PASUCH, 2010).

Essa etapa da escolarização no município de Abaetetuba, como aconteceu no mundo, em 2020, enfrentou a pandemia da COVID-19, exigindo o distanciamento e a suspensão das atividades escolares, consideradas rotineiras na vida das crianças. Precisamente, o atendimento das crianças da educação infantil em escolas rurais ficou mais evidente em suas problemáticas e urgências de resoluções como o acesso à internet, a precarização das instituições e o deslocamento das crianças entre outros. Ainda assim, o/a professor/a buscou se sintonizar com tudo, mas só isso não basta, e buscando compreender tais questões e o valor da aprendizagem de crianças que habitam os contextos rurais é que nos debruçamos. Adentrar na importância de um atendimento de qualidade educacional socialmente referenciado.

O estudo tem sua importância, na medida em que acentua as problemáticas atuais, os desafios a serem enfrentados para o alcance da efetividade da EI em instituições de ensino no contexto rural que reflita um bom atendimento. Assim, sejam implantadas políticas educacionais, de fato, com qualidade a nível de Educação Infantil no Campo e do Campo. Pois o que temos, ainda, é um cenário de desigualdades no atendimento das crianças do campo com acentuada discrepância se pensado em relação ao contexto urbano, que também precisa de melhorias.

Vimos como frutífero o debate diante do atual cenário, dada a realidade educacional nas áreas rurais, ficando muito distante da construção de uma Educação infantil brasileira inclusiva, construída a partir das realidades, de demandas, de necessidades locais e, considerando, as expectativas das crianças. Se promova assim o direito da criança e o respeito ao reconhecimento das políticas educacionais com a oferta de Educação infantil no/do campo. E como consta na legalidade, o direito a educação infantil só se completa quando se garante o acesso a vaga com qualidade. O atendimento em creches e pré-escolas é direito criança e dever do Estado (inciso IV, artigo 208 da constituição Federal).

Este escrito encontra-se estruturado considerando alguns eixos como a Educação Infantil no Brasil, a Educação Infantil no Campo e o processo de ensino-aprendizagem das crianças em escolas do campo, considerando os desafios enfrentados na realidade educacional e ante às políticas públicas de educação municipal. Em seguida, as Considerações Finais.

1. A EDUCAÇÃO INFANTIL E A EDUCAÇÃO INFANTIL DE CRIANÇAS DO CAMPO

Este item enfatiza a Educação Infantil no Brasil e um pouco sobre a realidade de Abaetetuba, especialmente as lutas por atendimento que ainda são persistentes, já que ainda há muitas crianças fora da escola por não ter vaga, deixando assim de ter o direito a educação.

1.1. Educação Infantil no Brasil

Iniciamos pela educação na sociedade Medieval, informando que a criança era vista como adulto em miniatura, a família zelava pelos seus cuidados aproximadamente até aos 7 anos de idade, após essa faixa etária ela passava a fazer parte da vida adulta. Segundo Ariés (1978), a criança “[...] mal adquiria algum embaraço físico, era misturada aos adultos e partilhava de seus trabalhos e jogos” (p. 11). Deste modo, não se considerava a infância como algo singular e, por isso, a criança tinha uma atenção especial somente no início da vida. Importante ressaltar que a criança era distinta do adulto apenas no tamanho e na força e, o

relevante mesmo era que crescesse para enfrentar a vida adulta, não se pensava nesta época um conceito de infância (ARIÉS, 1978).

Quanto a educação escolar para os infantes, até algum tempo atrás a EI não era discutida no cenário social, o que acontece somente com a Constituição de 1988, que passou a garantir o direito social desses pequenos, o atendimento em creches e pré-escolas, sendo responsabilidade do Estado assegurar o acesso das crianças em instituições de ensino. Esse marco na educação brasileira ganhou força e destaque a partir de vários movimentos sociais, principalmente de mulheres que trabalhavam em fábricas como forma de prover o sustento da família. Assim,

A pré-escola aparece, historicamente, como reflexo direto das grandes transformações sociais, econômicas e políticas que ocorrem na Europa, a partir do século XVIII. Eram as creches que surgiam, com caráter assistencialista, visando afastar as crianças pobres do trabalho servil que o sistema capitalista em expansão lhes impunha, além de servir como guardiãs de crianças órfãs e filhas de trabalhadores. Nesse sentido, a pré-escola tinha como função principal a guarda das crianças. (OLIVEIRA, 2002, p. 60).

A educação de crianças pequenas iniciou com caráter assistencialista, em decorrência do capitalismo que indicava a ideia de que o atendimento institucional às crianças era um favor, feito como caridade para mães solteiras ou que não tinham condições de ficar com seus filhos. Em certa medida, as instituições pré-escolares no Brasil, foram chamadas de jardins de infância, conceito dado devido a origem de crença de que as crianças deveriam ser nutridas e cuidadas como plantas de um jardim, idealizado pelo pedagogo alemão Froebel (2003). As instituições privadas, que atendiam às crianças ricas, receberam o nome de asilo, e as que atendiam às crianças pobres receberam o nome de creche, reforçando a ideia de que creche é uma entidade assistencialista, destinada a combater a pobreza. Em 1930, com o processo da Revolução Industrial mesmo com vários pontos negativos, houve avanços. As mulheres passaram a fazer parte do mercado de trabalho e as crianças que não tinham para onde ir, essas mães reivindicavam as precárias condições de trabalho conseguindo assim que os empresários concedessem algumas creches e escolas para seus filhos.

Como vimos perdurou muito tempo um modelo de atendimento em que o cuidado era apenas o único propósito desse ambiente. De acordo com Kuhlmann Jr. (1998, p. 26), que:

Os estudos que atribuem aos Jardins de Infância uma dimensão educacional e não assistencial, como outras instituições de educação infantil, deixam de levar em conta as evidências históricas que mostram uma estreita relação entre ambos os aspectos: a que a assistência é que passou, no final do século XIX, a privilegiar políticas de atendimento à infância em instituições educacionais e o Jardim de Infância foi uma delas, assim como as creches e escolas maternas.

Ou seja, houve também os jardins-de-infância pensado com o cunho educativo e para atender famílias de classe média, o trabalho envolvia também o desenvolvimento dos aspectos afetivos e cognitivos das crianças.

Decorrente da carta magna e da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) a EI passa a ser de responsabilidade do município. No caso do município de Abaetetuba, em 1972, o município inicia na rede de ensino o atendimento de EI, em escolas e creches para atender crianças de 0 a 5 anos de idade, de caráter educacional, isto é, com função educativa.

Os atos normativos que regem a educação, enfatizam a responsabilidade da família e do estado na garantia dos direitos das crianças, com a ressalva da relação estreita entre escola e família já que a criança começa a se inserir nesse outro grupo social que é a escola, a família precisa acompanhar e está presente sempre para que a construção do processo de aprendizagem dos filhos. Outrossim, na sociedade atual, é preciso que a EI de crianças pequenas e de bebês esteja integrada com outras políticas (sociais, assistenciais, culturais), portanto, os recursos precisam aumentar no sentido de se ter ações integradas e intersetoriais para uma política mais ampla, de proteção integral da criança.

Não menos importante é dizer que na EI o processo de aprendizagem requer o atendimento da especificidade no planejamento docente, pois o/ professor/a desenvolve suas atividades baseado necessariamente no cuidar, explorar, expressar, conhecer e conviver para que essa criança possa desenvolver-se integralmente.

Para que isso aconteça é importante que a criança participe e tenha um ambiente escolar/educativo que favoreça seu aprendizado. Logo, a escola de Educação Infantil precisa construir sua proposta pedagógica alicerçada no ato intencional de educar e de cuidar, considerando a convivência com o meio, com a família e a comunidade para que as crianças possam aprender e desenvolver todas as suas potencialidades humanas. Sobre isso, Barbosa *et al.* (2012, p. 115) entende que:

Uma das conquistas das ciências humanas e sociais contemporâneas é reconhecer a criança como protagonista, como criadora e não simples reprodutora de cultura. As crianças precisam dos adultos, da convivência com as pessoas de diferentes idades, necessitam dos cuidados e das referências dos adultos e idosos, mas também das crianças maiores e menores do que elas próprias.

Nos dias atuais a infância é defendida no cenário educacional, assistencial e principalmente constitucional em que as esferas do governo têm a responsabilidade de extinguir as violações que põem em risco a criança a usufruir de sua infância. Porém, sabemos que há muitos desafios para que os direitos sejam garantidos, para que a EI do Campo seja de qualidade socialmente referenciada.

Em Abaetetuba, na área urbana o atendimento da EI abarca as crianças de 0 a 5 anos de idade em 06 creches na cidade, oferecendo turmas do berçário ao maternal de crianças até 3 anos de idade. Neste nível ainda, as crianças também são atendidas em escolas municipais

somente para esses sujeitos, são as EMEI's³, e em escolas que atendem o ensino infantil e fundamental, ou seja, na creche ou nas escolas são atendidas crianças em turmas de berçário, maternal e pré-escola.

Nas EMEI's, são atendidas crianças de 4 a 5 anos de idade em turmas de período I e II, geralmente pela manhã.

A Educação Infantil no/do Campo

Iniciamos dizendo que a Educação do Campo é uma modalidade da Educação Básica, cujo processo de formação educacional volta-se para as pessoas que moram no campo, ou seja, diz respeito a uma educação escolar específica associada à produção da vida, do conhecimento dos sujeitos e a cultura do campo. A Resolução nº. 2, de 28 de abril de 2008, no seu art. 1º cita como educação do campo:

destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros. (BRASIL, 2008, p. 1).

Em Abaetetuba, a Educação do Campo contempla o 'mundo rural' da região das ilhas, estradas e ramais. Contempla os povos identificados por seus territórios como ribeirinhos, agroextrativistas, quilombolas, assentados e rurais. Esta modalidade no município abrange um quantitativo de 79 escolas nas ilhas, e mais 57 nas estradas e ramais. Destas, 19 são quilombolas, as quais atuam com o ensino da educação infantil (pré-escola) e o ensino fundamental do 1º ao 5º anos (DCMA, 2019). Nessas escolas frequentam crianças que residem nas comunidades e ficam as instituições nas proximidades.

O acesso às escolas rurais pelas crianças, geralmente, é feito pelos rios no transporte escolar do tipo embarcações (rabetas cobertas ou não), mas há crianças que são conduzidas por seus responsáveis e, nesse caso, até os irmãos mais velhos as conduzem em cascos, bicicletas quando existem caminhos na floresta etc. Há, ainda, crianças que fazem o percurso pelas estradas e ramais, cujos transporte escolar são Kombi, ônibus etc.

As crianças do campo são sujeitos de direitos com costumes e vivências do meio em que estão inseridas, assim elas devido a diversidade amazônica, territorial, geográfica mantém o contato com a natureza o que lhe possibilita experiências naturais como nadar e brincar nas águas dos rios, com a terra (quintal e floresta), saber e conviver com o trabalho dos pais que envolve a agricultura, a pesca etc.

³ Escola Municipal de Educação Infantil.

No Campo o atendimento das crianças em idade de EI se restringe, em sua maioria, a etapa pré-escolar. Somente neste ano, as crianças de 03 anos e em menor quantitativo, estão frequentando as escolas nessa etapa. São turmas que segundo informações da SEMEC, são chamadas de Turmas Unificadas, turmas que frequentam crianças de 03 a 05 anos de idade. De outro modo, devido a demanda de crianças de EI nas localidades rurais foi adotada a criação dessas Turmas Unificadas para prover o ensino desses infantes, próximo à sua residência. De acordo com Gonçalves (2012, p. 3), a “especificidade da Educação Infantil do Campo requer um olhar mais atento para as nuances e particularidades que a compõe”.

As instituições escolares nesses contextos carecem de uma melhor infraestrutura para garantir uma educação de qualidade às crianças matriculadas. Muitas instituições funcionam em barracões improvisados para atender as crianças. Trata-se de estruturas precarizadas que possuem, normalmente, duas salas de aula, e atende um quantitativo aproximado entre 30 a 90 crianças e adolescentes, nos níveis de Educação Infantil e Ensino fundamental do 1º ao 5º anos.

Para ilustrar, na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Bom Pastor situada às margens do rio Sapucajuba a estrutura física da escola é de madeira possuindo 3 salas de aula, uma copa, um corredor e 2 banheiros. A escola atende crianças de 04 a 10 anos, com destaque ao espaço bastante sucateado para o atendimento de crianças desta faixa etária. Funciona em dois períodos manhã e tarde, sendo pela manhã uma turma de pré-escola (período I e período II) e o 1º ano do Ensino Fundamental e a outra turma é do Ensino Fundamental com os anos do 2 e 3 anos. Pela tarde, uma turma de 4 e 5 anos do Ensino Fundamental.

Detidamente a estrutura das salas e demais espaços para as crianças atende minimamente o exigido, possuem mesas e cadeiras apropriadas para faixa etária, alguns jogos e brinquedos às atividades pedagógicas, além do cantinho de leitura para o acesso a esse conhecimento.

É importante enfatizar que a família também tem um papel fundamental na vida escolar de seus filhos, e muitas dessas famílias são presentes na escola. Família e a comunidade escolar se complementam, sendo que na educação infantil é uma relação dinâmica e cotidiana por meios de conversas e de ações planejadas para a promoção dessa relação e construção. Como sabemos, a perspectiva do atendimento aos direitos da criança na sua integridade requer que as instituições de Educação infantil, na organização de sua proposta pedagógica e curricular, assegurem em espaços e tempos para participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito da valorização das diferentes formas em que elas se organizam (Parecer CNE/CEB20/2009). Visitar as famílias, realizar encontros e oficinas com as famílias na escola, muitas vezes oferecida pelos próprios familiares, mostrar os eventos promovidos pela escola

com fotos da família e suas crianças etc., são ações de abertura da instituição junto a família, que é imprescindível para o desenvolvimento da criança.

Em relação aos recursos humanos tais instituições contam com professores efetivos e temporários, geralmente são profissionais que moram na localidade ou que residem próximo à escola. São escolas cuja gestão é exercida por um/uma professor/a, responsável, que tem a obrigação de organizar, gerir e garantir o processo educacional nos aspectos das relações família-escola, alimentação e transporte escolar, e principalmente zelar pela aprendizagem dos estudantes. Esse responsável atua como diretor, secretário e coordenação pedagógica, ressaltando que algumas instituições estão em processo de tramitação junto ao órgão competente, o Conselho Municipal de Educação de Abaetetuba (CME).

As escolas municipais desenvolvem o currículo destinado ao desenvolvimento das crianças de acordo com as orientações repassadas pela Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba (SEMEC), que visa garantir no ano letivo a qualidade educacional.

Assim, a dinâmica curricular conduzida pela SEMEC situa como princípio do processo de ensino-aprendizagem além de diretrizes próprias contidas no Documento Curricular do Município de Abaetetuba (2019), ampara-se na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Sabemos que a prática educativa e curricular para as crianças do campo precisa ser diferenciada. De acordo com as DCNEI (2010, p. 24):

As propostas pedagógicas da Educação Infantil as crianças filhas de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, devem:
 Reconhecer os modos próprios de vida no campo como fundamentais para a constituição da identidade das crianças moradoras em territórios rurais;
 Ter vinculação inerente à realidade dessas populações, suas culturas, tradições e identidades, assim como a práticas ambientalmente sustentáveis;
 Flexibilizar, se necessário, calendário, rotinas e atividades respeitando as diferenças quanto á atividade econômica dessas populações;
 Valorizar e evidenciar os saberes e o papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo e sobre o ambiente natural;
 Prever a oferta de brinquedos e equipamentos que respeitem as características ambientais e socioculturais da comunidade.

Assim, as crianças do campo precisam ser respeitadas em suas diferenças e modos de vida. E, o/ a docente cumpre sua função colocando em prática um planejamento, conforme a realidade das crianças. Precisa se ter clareza de atuar pedagogicamente considerando o ambiente natural, as interações e brincadeiras. O que na escola não apresenta, pois a sala mede 5/5m, isto é, bastante pequena e não possuímos espaços externos como citei a insuficiência de espaços para o desenvolvimento do brincar das demais linguagens.

Na prática docente, o importante é valorizar as experiências dos alunos, os modos de vida, a cultura e as histórias, e na educação infantil a criança do campo traz consigo para a

escola suas visões e o como percebe o mundo, e é dessa forma se organiza as atividades escolares. Mas, o processo educacional da criança do campo, no que tange as atividades pedagógicas no município, de modo geral, ainda prevalece os trabalhos impressos e o uso dos livros didáticos. Outras experiências de docentes usam as áreas verdes como forma de “desemparedar”⁴ as crianças e fazer diferente a ação educativa junto desses sujeitos.

A Educação Infantil do Campo, se distingue pelo contexto em que as crianças estão inseridas, assim é importante que o/a professor/a ao trabalhar os componentes curriculares com as crianças, utilizem os conhecimentos e a vivência que elas estão acostumadas no dia a dia, enfatizando o respeito as singularidades desses sujeitos, sendo criança em qualquer espaço que esteja. E em se tratando do ambiente educacional o processo de ensino deve levar em conta o ambiente em que a criança está inserida.

2. DESAFIOS E CONDIÇÕES PARA O APRENDIZADO DAS CRIANÇAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO

Falar de educação infantil é falar da infância das crianças pequenas. E sabemos que a educação das crianças passa por considerar seus tempos e ciclos de vida, sendo sua escolarização responsabilidade da família e do estado.

Como afirma Kuhlmann (1999), o cuidado é um direito que toda criança deve ter acesso e deve ser assegurado pela família, pela sociedade e pelo estado. A família deve estar por dentro dos direitos que a criança tem, para que em algum caso de negligência, reivindicuem seus direitos, e a educação é um desses direitos, ou seja, qualquer criança tem direito a educação pública de qualidade, seja qual for sua classe social.

Como mencionamos, de fato as crianças de 0 a 5 anos aos poucos estão sendo inseridas no ensino escolar, embora as ausências de creches e de escolas de educação infantil em contextos rurais amazônicos de qualidade social que atenda as demandas de creche ainda inexistente e nos períodos I e II (pré-escola).

Vemos que as políticas públicas voltadas para garantia dos direitos das crianças tornaram-se um marco histórico, principalmente conduzido pelos estudos e pesquisas de autores que relatam a importância da educação desde os primeiros anos de vida para o processo de desenvolvimento humano e social das crianças.

Também, vemos que ter saído do atendimento as crianças pequenas de caráter da assistência foi importante, passando a integrar o processo educativo, e assim temos hoje a Educação Infantil integrada a Educação Básica, inclusive com orientações curriculares às

⁴ Termo adotado por Léa Tiriba.

instituições no sentido de como proceder no processo de ensino-aprendizagem, em especial as Diretrizes Curriculares nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2010) e as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002).

Nesse sentido, nessas Diretrizes é acentuado a ideia de criança como “sujeito histórico e de direitos, que interage, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura”. Assim, na EI a criança tem a possibilidade de se desenvolver integralmente, pois é durante essa etapa que ocorre o processo de humanização e troca de experiências sociais tornando-a sujeito ativo, aprendiz e cidadão.

Como síntese, podemos dizer que o desafio é o engajamento de todos os envolvidos em colocar em prática o que já concebemos e o que está nas normativas no que se refere a Educação Infantil das crianças do/no Campo.

2.1 O processo educacional em escolas do Campo

As escolas do campo, em sua maioria, funcionam como escolas, isto é, estão vinculadas a alguma escola-sede que fica na área urbana ou no campo só que sendo de maior porte, estas escolas-sede gerenciam os recursos e as documentações. São escolas com estruturas de alvenaria, outras funcionam em barracões da comunidade como mencionamos. Muitas, precisando de reforma para atender adequadamente os estudantes.

Além desse aspecto estrutural, também faltam, em muitos casos, materiais pedagógicos para a realização das atividades pedagógicas. Sobressai o empenho dos docentes para a garantia do processo de ensino adequado. Então, os desafios são muitos e urgentes, até porque a realidade das escolas do campo também é, de muitas escolas, da cidade.

É nesses espaços que as crianças vivenciam uma rotina voltada para aprendizagem, perpassando por atividades lúdicas, integrativas, brincantes e de socialização, construindo assim conhecimento.

O desenvolvimento das atividades escolares passa pelo desenvolvimento de suas capacidades criativas, emocionais e relacionais, do estabelecimento de vínculos afetivos com outras crianças e com professores. São exemplos as rodas de conversa, a exploração aos espaços abertos que ficam no entorno da escola, as brincadeiras que traduzem a cultura do lugar e das vivências infantis.

Outro aspecto importante é o das crianças, que desde pequenas explorem o mundo social e natural no entorno da escola e da comunidade, sendo úteis ao conhecimento do mundo e de experiências relacionadas com as situações da vida cotidiana.

Os desafios são de ordem política e pedagógica. Política, no sentido de uma melhor compreensão por parte dos pais, comunidade em geral e educadores sobre a importância da educação escolar desde a mais tenra idade, e assim possam exigir/fazer um processo educativo cuidadoso e assentado nas brincadeiras e interações dos infantes nos territórios o que perpassa os espaços dos rios, da mata. Pedagógico, porque ainda as vozes e demais potencialidades das crianças ficam de fora quando do currículo, de um modo geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Infantil, de qualidade social, precisa pautar o desenvolvimento de conhecimento das crianças, seu bem viver no ambiente escolar e participar de um processo educativo/pedagógico que se expanda pela circunvizinhança e, ao mesmo tempo, dialogue com as questões da cidade, da região, do país, do planeta.

Aprender nesse sentido, se mescla com as situações da vida real da cidade e da comunidade, da cultura e da natureza, sendo o ambiente que a criança vive elemento para qualquer prática educativa que se faz democrática e de emancipação de todos.

Também, vimos como fundamental considerar que a criança constrói e reconstrói sua compreensão de mundo também pela escola em seus processos interativos, participativos, aprendentes, sem deixar de esquecer que para isso, os recursos pedagógicos são fundamentais.

O estudo nos levou a constatar que há necessidade de mais insumos e uma formação mais adequada aos que atuam na Educação do Campo e da EI do campo que se dão nas escolas de contextos rurais do município de Abaetetuba.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. Rio de Janeiro: LCT, 1978.
- BARBOSA, Maria Carmen Silveira [et al.]. **Oferta e demanda de educação infantil no campo**. Porto Alegre: Evangraf, 2012.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.
- BRASIL. **Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.**, DF: Brasília, 2002.
- BRASIL. **Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008**. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em: mec.gov.br. Acesso em: 26 de Nov. 2022.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

DOCUMENTO CURRICULAR DO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA. **Educação infantil e ensino fundamental-Anos Iniciais-SEMEC**, 2019.

Gil, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Raphaela Dany Freitas Silveira. **Educação infantil do campo: entraves e lacunas nas políticas educacionais brasileiras**. VI Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”. São-cristóvão- SE. 2012.

KUHLMANN JR, Moysés. **Educação infantil e currículo**. Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios 2 (1999): 51-65.

KUHLMANN JR., Moisés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre, RS: Mediação, 1998.

LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

OLIVEIRA, Z. M. R. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Ana Paula Soares da; PASUCH, Jaqueline. Orientações curriculares para a Educação Infantil do Campo. **Seminário Nacional Currículo em Movimento: perspectivas atuais**, v. 1, 2010.